



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0009646-63.2015.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
Requerente: **JOÃO BENEDITO DOS SANTOS FILHO**
Requerido: **Samsung Eletronica da Amazonia Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou que em 15/11/2013 adquiriu um televisor fabricado pela ré, o qual apresentou vício de funcionamento em 06/08/2015.

Alegou ainda que o encaminhou à assistência técnica e que depois foi informado que o problema se deu na placa fonte do produto, demandando seu conserto o dispêndio de R\$ 450,00.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Salientou que não poderia arcar com esse gasto porque trata-se de vício oculto, que já existia na época da aquisição.

Já a ré em preliminar arguiu a incompetência deste Juízo para o processamento do feito por força da necessidade de realização de perícia, aqui inviável.

Os argumentos expendidos pelo autor são pertinentes.

Isso porque se considera que o prazo de garantia legal previsto no Código de Defesa do Consumidor quanto a vício oculto somente começa a fluir com o surgimento deste.

Considera-se igualmente o período de durabilidade do produto quando se analisa o tema.

É nesse sentido o magistério de **CLÁUDIA LIMA MARQUES**:

"Se o vício é oculto, porque se manifesta somente com o uso, a experimentação do produto, ou porque se evidenciará muito tempo após a tradição, o limite temporal da garantia legal está em aberto, seu termo inicial; segundo o § 3º do art. 26, é a descoberta do vício. Somente a partir da descoberta do vício (talvez meses ou anos após o contrato) é que passarão a correr os 30 ou 90 dias.

Será, então, a nova garantia legal eterna? Não, os bem de consumo possuem uma durabilidade determinada. É a chamada vida útil do produto. Se se trata de videocassete, por exemplo, sua vida útil seria de oito anos aproximadamente; se o vício oculto se revela nos primeiros anos de uso, há descumprimento do dever legal de qualidade, há responsabilidade dos fornecedores para sanar o vício" ("Comentários ao Código de Defesa do Consumidor", Ed. Revista dos Tribunais, 3ª edição, p. 929).

Pode-se concluir, portanto, que em princípio o autor faria jus à substituição do televisor ou à restituição do valor pago se patenteadado que a situação posta nos autos derivasse de vício oculto.

Todavia, é precisamente nesse aspecto que reputo apresentar-se a incompetência deste Juízo para o conhecimento da causa.

Extraí-se do documento de fl. 15 que o produto deixou de funcionar por problema em sua placa de circuito impresso, mas nele não há menção alguma sobre o que o teria motivado.

Diante desse cenário, não firmo base sólida para estabelecer a conclusão de que a falha na fabricação do produto foi o que provocou os fatos descritos pelo autor.

Se é indiscutível que isso pode ter sucedido, não vislumbro a partir do que restou amalhado lastro consistente que respalde tal ideia ou, de


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

outra banda, que afaste a possibilidade de algum outro fator ter influído no resultado apurado, não se podendo olvidar que o televisor funcionou durante quatro anos e seis meses.

Bem por isso, tomo como imprescindível a realização de perícia para que a questão seja convenientemente dirimida, inclusive com preservação do direito de defesa de ambas as partes.

Somente a implementação dessa diligência traria dados seguros para a confirmação do que sustentou o autor, além demonstrar a falta de interferência de outros para o problema destacado.

Ocorre, porém, que tal prova com os contornos que lhe confere a legislação processual não tem lugar nesta sede.

É preciso quando se analisa a matéria trazida à colação ter em mente que o sistema do Juizado Especial Cível possui natureza própria, orientando-se o processo que lhe diz respeito pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade (art. 2º da Lei nº 9.099/95).

Essa concepção revela que a realização de perícia é alternativa dissonante do aludido sistema porque implicaria a demora na solução do feito incongruente com os princípios que o norteiam.

Bem por isso, o Enunciado 06 do FOJESP dispõe que *“a perícia é incompatível com o procedimento da Lei 9.099/95 e afasta a competência dos juizados especiais”*.

No entanto, o mesmo diploma legal ressalva a possibilidade de inquirição de técnicos de confiança do Juízo ter lugar, quando a prova do fato exigir (art. 35).

Tal diligência não encerra exame pericial, voltando-se a casos simples em que a mera oitiva do técnico, obviamente em audiência, baste para, como elemento de convicção, subsidiar a solução do processo.

Não há, portanto, como confundir a norma do art. 35 da Lei nº 9.099/95 com a perícia concebida no regramento processual ordinário, sob pena de se desnaturar o sistema do Juizado Especial Cível e transferir para ele ideário contrário à sua essência.

Aliás, exatamente para contrapor-se a esse ideário em causas de menor complexidade foi criado o sistema dos Juizados Especiais Cíveis.

O Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, atento a esses aspectos, já teve ocasião de assentar que:

“A norma constitucional estabeleceu os limites de atuação dos juizados, admissível nele a realização de prova técnica, desde que não complexa. Com


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

todo o respeito, compartilho o entendimento de que há de se ter muito cuidado com o tema, pena de, por dilatar indevidamente o rol de competência dos juizados, comprometê-los todos, sobrecarregando-os de tal modo que o serviço perca suas linhas gerais, a simplicidade dos procedimentos e a rapidez da solução” (Câmara Especial - Conflito de Competência nº 0256652-73.2011.8.26.0000, rel. Des. **ROBERTO SOLIMENE**, j. 30/01/2012 - grifei).

Extrai-se ainda desse mesmo v. acórdão:

“Nesse sentido a lição do E. Des. Luis Antonio Ganzerla, do tempo em que aqui pontificava, vide CC 0250635-21.2011.8.26.0000, J. de 24.10.2011, verbis: '(...) E o cerne da questão cinge-se à densificação do conceito de 'menor complexidade', por sua vez, norte e inspiração para a diferença que existe entre os conceitos de perícia e exame técnico (como espécies do gênero prova pericial), somente o último admitido, por força da Lei nº Lei nº 12.153/09 (art. 10), no âmbito e contexto dos Juizados Especiais. Aliás, quando a Constituição Federal previu em seu artigo 98, I, que a União, no Distrito Federal e Territórios, e os Estados criarão 'juizados especiais, providos por juízes togados, ou togados e leigos, competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo, mediante os procedimentos oral e sumaríssimo, permitidos, nas hipóteses previstas em lei, a transação e o julgamento de recursos por turmas de juízes de primeiro grau', evidentemente traçou as linhas definidoras de uma 'nova justiça', procurando desafogar a 'litigiosidade contida', fenômeno inerente às sociedades de massa, como a que experimentamos viver. Todavia, o fez de modo que a pacificação social, objetivo precípua do Poder Judiciário, alcançasse e desse 'vazão' aos pequenos litígios e às pequenas querelas surgidas nessas coletividades, desde que compatíveis com a discussão sob um rito menos alongado e mais simplificado, portanto, sumaríssimo. Conforme explica Cândido Rangel Dinamarco, assim, portanto, nasceu a Lei dos Juizados Especiais (buscando soluções simplificadas que facilitem o acesso à justiça) (cf. Instituições de Direito Processual Civil - I. São Paulo: Editora Malheiros, 6ª edição, revista e atualizada, 2009, p. 549) para categorizar os ideais de uma 'justiça rápida e de um judiciário eficiente', alimentando-os pelos princípios da 'simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade', e sempre que possível utilizando a conciliação e a transação como formas de resolver os conflitos a eles inerentes. Toda essa moldura, enfim, ornou os Juizados Especiais de uma dinâmica que não permite e tampouco se compraz com demandas de intrincada apuração fática, a reclamar eventual produção de prova técnica de difícil realização, até porque a complexidade que o orienta e o define não é a do direito propriamente dito, senão dos fatos, é dizer, da causa petendi apresentada


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

como fundamento do pedido reivindicado. Assim que pressupor a compreensão da competência material divorciada desse particular aspecto da menor complexidade não é a exegese que melhor se alinha com os objetivos finalísticos da Lei dos Juizados Especiais. E sob esse pano de fundo é que a perícia (estrito senso) e o exame técnico têm que ser compreendidos. Não que os Juizados inadmitam a categoria 'prova pericial', senão apenas que a permitem enquanto sua produção não exija um maior rigor procedimental”.

Essa orientação aplica-se com justeza à hipótese dos autos.

A avaliação necessária à elucidação dos fatos controvertidos não será feita mediante simples oitiva de técnico em audiência, carecendo de verdadeira perícia.

Seria de rigor apurar física e diretamente no televisor qual o problema que apresentou, num primeiro momento, para em seguida se estabelecer o nexo causal entre ele e o vício de fabricação a cargo da ré.

Seria de rigor igualmente analisar a propósito o espaço de tempo de funcionamento do produto e em que condições isso se deu, excluindo a perspectiva de outros fatores terem rendido ensejo àquele problema.

Como assinalado, resta patente que a solução do processo passa obrigatoriamente pela realização de exame pericial, com os rigores estipulados na legislação processual, o que não poderá ter lugar perante o Juizado Especial Cível.

Inviável, ademais, seria invocar a norma do art. 35 da Lei nº 9.099/95 para, na prática, desenvolver-se verdadeira perícia, com inobservância do arcabouço próprio do Juizado Especial Cível.

Nem se diga que a alternativa acolhida poderia representar a negativa na prestação jurisdicional.

Ao contrário, a postura leva em conta as peculiaridades da situação versada e a necessidade do conflito ser dirimido com fulcro em prova consistente, que permita formulação de seguro juízo de convicção sobre os fatos, consubstanciada em exame pericial aprofundado com o contorno próprio previsto no Código de Processo Civil e refutado pela Lei nº 9099/95.

Isto posto, julgo extinto o processo com fundamento no art. 51, inc. II, da Lei nº 9.099/95, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, do mesmo diploma legal.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

P.R.I.

São Carlos, 16 de outubro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**